

Perspectivas teológicas da Igreja Católica Romana para o diálogo inter-religioso

Theological perspectives of the Roman Catholic Church for interreligious dialogue

Claudio de Oliveira Ribeiro
Rosemary Fernandes da Costa

Resumo

O texto apresenta resultados de pesquisa sobre diálogo inter-religioso no contexto teológico e eclesial católico romano. Metodologicamente, são percorridos os seguintes passos: (i) análise da perspectiva pluralista do Concílio Ecumênico Vaticano II; (ii) apresentação da Declaração *Nostra Aetate*; (iii) avaliação de temas relativos ao pluralismo e à liberdade religiosa; (iv) apresentação do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso e dos documentos “Diálogo e Missão” e “Diálogo e Anúncio”; e (v) uma atualização teológica do espírito conciliar em chave latino-americana, destacando o valor do humano e da ética social para o diálogo inter-religioso, a importância da mística e da alteridade na prática dialogal, a crítica teológica ao universalismo cristão, as dimensões teológicas advindas do diálogo com o universo afro-indígena e a visão ampla da missão que o contexto de pluralismo requer. A perspectiva pluralista reconhece as tradições religiosas não cristãs como legítimas e autônomas no processo de salvação. Trata-se de uma nova perspectiva para o próprio Cristianismo, na qual se rompe com ideia de que há um único sistema de salvação e revelação do Mistério Divino.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Diálogo inter-religioso. Teologia pluralista. *Nostra Aetate*. Diálogo e Missão.

Abstract

The text presents research results on interreligious dialogue in the Roman Catholic theological and ecclesiastical context. Methodologically, the following steps were taken: (i) analysis of the pluralist perspective of the Second Vatican Ecumenical Council; (ii) presentation of the Declaration *Nostra Aetate*; (iii) evaluation of themes relating to pluralism and religious freedom; (iv) presentation of the Pontifical Council for Interreligious Dialogue and the documents “Dialogue and Mission” and “Dialogue and Announcement”; and (v) a theological update of the conciliar spirit in a Latin American key, with emphasis on the value of the human and social ethics for interreligious dialogue, for the importance of mysticism and otherness in dialogical practice, for the theological criticism of Christian universalism, for theological perspectives arising from dialogue with the Afro-indigenous universe, and for the broad vision of the mission that the context of pluralism requires. The pluralist perspective recognizes non-Christian religious traditions as legitimate and autonomous in the process of salvation. This is a new perspective for Christianity itself, which breaks with the idea that there is a single system of salvation and revelation of the Divine Mystery.

Keywords: Second Vatican Council. Interreligious dialogue. Pluralist theology. Declaration *Nostra Aetate*. Dialogue and mission.

Introdução

Os tempos de modernidade ainda se fazem presentes em suas muitas vertentes e, no mesmo fluxo da história, a humanidade vive uma nova transição paradigmática. Neles emergiram revisões conceituais e práticas desde o século 19 que ganharam corpo no século passado e ainda se fazem sentir neste novo milênio. O ser humano se encontra consigo mesmo, se percebe relacional e diante de uma nova construção de sua subjetividade, de suas escolhas e de suas crenças. É nesse dinamismo que se situam as questões relacionadas à própria identidade da Igreja Católica ao se deparar com temas nos quais o pensamento hegemônico não encontrava mais a solidez conhecida e defendida doutrinária e pastoralmente.

Para as igrejas cristãs, o centro de seu existir é a própria evangelização, ou seja, é sua tarefa primordial, confiada por Jesus ao discipulado em todo o mundo – “Ide, pois, de todas as nações fazei discípulos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a guardar tudo o que vos ordenei. Quanto a mim, eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos tempos” (Mt 28,19-20). Identidade e missão estão inter-relacionadas, e uma conduz à outra em processos contínuos de reconstrução.

Aqui encontra-se um pressuposto teológico central nesta reflexão: o que impulsiona a profunda conexão entre identidade e missão? Como responder concretamente à vocação na história? Estamos no cerne do Cristianismo, que é a dinâmica da Revelação, isto é, o processo de diálogo entre Deus e a humanidade: um diálogo entre liberdades, no qual a proposta de Deus e a resposta humana estão mutuamente implicadas, se constituindo incessante e intersubjetivamente.

O objetivo desse artigo é analisar aspectos do diálogo inter-religioso no contexto teológico e eclesial católico romano. Metodologicamente, serão dados os seguintes passos: (i) apreciação da perspectiva pluralista do Concílio Ecumênico Vaticano II; (ii) apresentação da Declaração *Nostra Aetate*; (iii) avaliação de temas relativos ao pluralismo e à liberdade religiosa; (iv) apresentação do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso e dos documentos “Diálogo e Missão” e “Diálogo e Anúncio”; e (v) uma atualização teológica do espírito conciliar em chave latino-americana, destacando o valor do humano e da ética social para o diálogo inter-religioso, a importância da mística e da alteridade na prática dialogal, a crítica teológica ao universalismo cristão, as perspectivas teológicas advindas do diálogo com o universo afro-indígena e a visão ampla da missão que o contexto de pluralismo requer.

1. O Concílio Ecumênico Vaticano II visto sob perspectiva pluralista

Depois das chamadas duas grandes guerras mundiais, a humanidade se encontra frágil e sem esperanças. Contudo, nesse mesmo contexto de sofrimento profundo, sinais de fé e de esperança também surgem. Algumas organizações expressaram esse esperar e novos fundamentos éticos que se tornam fundamentais para a reestruturação histórica e existencial. É possível citar como exemplos a Carta Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, e a constituição do Conselho Mundial das Igrejas, em Amsterdã, na Holanda, em 23 de agosto de 1948, assim como a abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, que reuniu os bispos da Igreja Católica de todos os continentes, no dia 11 de outubro de 1962.¹

Uma nova agenda eclesial se construía, em diálogo com a história concreta da humanidade em suas muitas relações humanas, afetivas, sociais, políticas, comunitárias e econômicas. Os temas

¹ BIZON, J., Diálogo inter-religioso na compreensão e perspectiva católica, edição eletrônica, sem numeração de páginas.



socioeconômicos e políticos entraram em foco. Nesse percurso, pontuamos a presença profética do Papa João XXIII que, com reverência e fidelidade, retomou as estruturas e reflexões de seus antecessores. Na carta encíclica *Mater et Magistra*, a voz profética desse papa convocou a Igreja Católica à sua missão no mundo e, a sociedade, à construção de estruturas de cooperação e fraternidade.

Portanto, ao convocar o Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII estava situado em um solo já bem semeado e fecundo para uma renovação eclesial, não tanto de questões teóricas, mas centrado no aspecto pastoral e na conciliação ecumênica. Posteriormente, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS) destacou: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração”.²

A categoria de *aggiornamento*, com a qual o Papa João XXIII batizou o Concílio, expressou sua orientação quanto à urgência da mudança radical na autocompreensão da Igreja e sua relação com o mundo.³ Esse complexo diálogo entre dois modelos paradigmáticos pedia uma orientação de base, uma referência, e esta foi o resgate à fidelidade evangélica, se concentrando no anúncio e testemunho do Evangelho para a realidade de hoje, e dialogando com as muitas realidades do mundo diante de uma tarefa comum.⁴

Pode-se constatar algumas dimensões e escolhas presentes no Concílio Vaticano II que apontam a presença, já em gestação, não apenas da abertura ao pluralismo religioso, mas já se faz presente o despontar de uma pergunta fundamental, que convida a uma leitura anterior às estratégias dialógicas: o pluralismo chega como fenômeno moderno, mas será que é apenas consequência das mudanças paradigmáticas? Percebe-se o pluralismo não como um dado, como um fato, mas como um princípio ético, motivador de vivências, descobertas, pesquisas e aproximações de diversas dimensões.⁵

Pode-se perceber as muitas facetas do pluralismo desde a preparação do Concílio, passando pelo período de reflexões e documentos, reverberando dentro e fora do ambiente eclesial, o que se mantém até os dias atuais. Não que tenha ocorrido apoio integral ao tema, no entanto, posturas conservadoras e temerosas do novo estavam lado a lado com a exposição de argumentos e posturas propositivas, presentes no chão da história, e não havia mais como refutar sua pertinência.

O clima de abertura e diálogo com o mundo se fazia sentir também nas entrelinhas do diálogo intraeclesial. O contexto histórico-cultural pedia a renovação de posicionamentos cerrados, clamava pela abertura às alteridades e ao imperativo da comunhão e do diálogo inter-religioso.⁶ Nesta análise o foco desta análise será o pluralismo eclesial e o pluralismo religioso, pressupondo que há, inter cruzado, o pluralismo cultural.

É importante observar que, mesmo com resistência de parte dos segmentos que optavam pelo eclesiocentrismo e por posturas doutrinárias não dialogais com o contexto moderno, a Igreja Católica caminhava para uma nova dimensão eclesiológica. O clima de resistência foi rompido na própria dinâmica conciliar. Desde seu primeiro documento, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG), firmou-se a fundamentação teológica que retomava a identidade da Igreja como “sacramento, ou seja, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”⁷ e, consequentemente, voltada à sua missão evangelizadora: “Que todos sejam um, para que o mundo creia” (Jo 17,21). A oração de Jesus aponta para a comunidade, uma Igreja centrada na Trindade revelada, projetada para o mundo, à missão, aos cristãos de outras Igrejas e às outras religiões.

² CONCÍLIO VATICANO II., GS 1.

³ COSTA, R F., Papa João XXIII, p. 227-241.

⁴ QUEIRUGA, A. T., A teologia depois do Vaticano II, p. 27.

⁵ RIBEIRO, C. O., O princípio pluralista, p. 5-18.

⁶ TEIXEIRA, F., Cristianismo e diálogo inter-religioso, p. 145-168.

⁷ CONCÍLIO VATICANO II., LG 1.

As muitas dimensões desse diálogo com o mundo moderno estão presentes nos documentos conciliares: a eclesial como comunhão e participação, na *Lumen Gentium*; a missionária da Igreja, em *Ad Gentes*; a do anúncio bíblico e da catequese na *Dei Verbum*; a ecumênica e de diálogo inter-religioso em *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate*; e a socioeconômica, na *Gaudium et Spes*.

A dimensão de pluralidade eclesial é decisiva no que diz respeito à concepção central da comunidade como Povo de Deus, profético, ministerial e missionário. Supera-se a ideia de Povo de Deus como simples destinatário da missão e avança-se para a dimensão dele como sujeito da missão: um povo comunhão-comunidade, no qual cada batizado tem um carisma próprio e ao qual deve responder como vocação profunda. É uma nova eclesiologia, em que o protagonismo é de cada fiel e da comunidade como um todo, conduzindo à maturidade cristã que a todos envolve, interpela e envia.⁸

Os textos conciliares firmaram as bases para uma nova eclesiologia: ministerial, dialogal, pastoral. Essa retomada da identidade primeira da Igreja, mesmo com forças internas contrariando esse processo, não pode mais ser deixada de lado. O Concílio aponta para uma metodologia que favoreça a missão de “perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho”⁹ ou seja, que conduza à integração entre fé e vida em todas as comunidades eclesiais.

Nesse mesmo caminho eclesial, o Concílio se defronta com o pluralismo religioso, escutando as vozes de outras igrejas cristãs e reconhecendo-as como provenientes da mesma experiência fundamental, alimentadas no mesmo Evangelho. A escuta humilde, atenta e hospitaleira foram atitudes fundamentais nesse caminho dialogal.

Aqui está presente o fundamento teológico da Revelação como eixo por onde gravita a abertura ao pluralismo religioso. “A Igreja católica se reconhece agora como ‘mistério’, distinta do horizonte mais amplo do Reino de Deus e fiel servidora de seus valores na história.”¹⁰ É uma perspectiva eclesial na qual diakonia e missão caminham juntas.

O contexto teológico católico contava com um grupo de teólogos que atuavam como peritos e partilhavam a perspectiva de reconhecimento do valor salvífico das outras religiões. Entre eles estava Jean Daniélou, Henri de Lubac e Yves Congar, pensadores que desde a década de 1940 já trabalhavam essa mudança de visão a partir de uma teologia das religiões.

Ainda demarcando a diversidade de diálogo e posturas presentes no Concílio, se configurava um pluralismo de abordagem e postura assimétricas, ou seja, respeitava a pluralidade, mas também era cauteloso quanto a um relativismo que considerasse que todos os caminhos religiosos fossem iguais rumo ao Deus revelado na história da humanidade.

Os processos de reflexão, estudos e redações dos documentos conciliares têm muito a dizer sobre como o tema do pluralismo religioso encontrou suportes para duas declarações que expressam explicitamente esse tema – o Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o Ecumenismo, entendido como relação intracristã, e a Declaração *Nostra Aetate*, sobre a Igreja e as religiões não cristãs. A análise aqui apresentada dedica-se um pouco mais a esse último documento e ao caminho que vai sendo aberto para o diálogo católico com as religiões não cristãs.

2. Concílio Vaticano II e pluralismo religioso: a Declaração *Nostra Aetate*

A Declaração *Nostra Aetate* (NA), promulgada em 1965, se tornou um marco nessa caminhada ao reconhecer o valor das outras religiões e incentivar os fiéis a valorizarem o diferente e praticarem o diálogo. Apesar de apresentar um conteúdo considerado sucinto diante de outros documentos conciliares, esse quantitativo de cinco parágrafos não compromete sua relevância. A NA indica um novo tempo para a Igreja, uma nova consciência histórica, e tem provocado fecundas reflexões, debates, estudos em grupos universitários, pastorais, entre pesquisadores e estudiosos do tema.

⁸ COSTA, R. F., A mistagogia e a iniciação cristã de adultos, p. 207-300.

⁹ CONCÍLIO VATICANO II., GS 4,1.

¹⁰ TEIXEIRA, F., Cristianismo e diálogo inter-religioso, p. 146.



A proposição dessa declaração expõe as orientações conciliares com relação ao diálogo com outras religiões em um clima de mútua cooperação e provoca o desdobramento pastoral como consequência de uma nova perspectiva com relação ao pluralismo religioso. Ela “estimula à ação, à quebra de preconceitos, e propõe a construção de pontes entre as diferentes religiões, através do diálogo.”¹¹ “Exorta, por isso, os seus filhos a que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes doutras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores socioculturais que entre eles se encontram”.¹²

Trata-se de um documento que não apenas apresenta pressupostos para o diálogo, expressando de forma positiva a abertura às religiões não cristãs, como enfatiza o diálogo como compromisso ético. Logo no início, expressa a busca da Divindade Suprema e da sede de relação com o Absoluto presente em todos os povos de todos os tempos como um dos pontos de unidade entre as religiões. Outro aspecto presente desde essa introdução é a busca comum com relação às questões fundamentais da existência humana como caminho para a felicidade.¹³

É importante pontuar que o fruto da redação final se deve a alguns encontros que definiram novos rumos para o diálogo inter-religioso no contexto institucional católico-romano. Um diferencial foi o que ocorreu, ainda em 1960, entre João XXIII e Jules Isaac, historiador judeu que reflete sobre formulações negativas com relação aos judeus e aos muçulmanos presentes no ritual romano. Esse diálogo se desdobrou na nomeação do jesuíta e especialista em estudos bíblicos e arqueologia bíblica, Cardeal Augustin Bea, para a presidência do Secretariado para a União dos Cristãos e, mais adiante, na criação do Secretariado para os Não Crentes (1964).¹⁴

Pela primeira vez na história da Igreja Católica, se apresentou uma abordagem cristã com relação às religiões não cristãs. Ao entrar no universo do Hinduísmo e do Budismo, a declaração retomou o tema do mistério presente em todas as coisas, como “força oculta” e na busca de compreensão por parte do ser humano. Reforçou ainda que “a Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo”.¹⁵ Da mesma forma, expressou estima e reverência ao Islã, reconhecendo sua profissão de fé e suas práticas morais e litúrgicas como valores. Adiante exortou à compreensão mútua, diante dos conhecidos conflitos e discórdias.¹⁶ No que diz respeito à religião judaica, se delongou um pouco mais, assumindo expressamente a postura de reconhecimento e de condenação ao antissemitismo. A redação enfatizou o vínculo entre o Velho e o Novo Testamento, aprofundou o significado de Jesus histórico e recomendou o diálogo fraterno e o conhecimento mútuo. Não deixou de pontuar a reprovação de quaisquer perseguições por razões políticas ou religiosas, em uma clara denúncia quanto ao antissemitismo.¹⁷

Nostra Aetate significou uma novidade na afirmação da abertura às religiões não cristãs como parte da missão da Igreja. Entretanto, ainda assim pode-se perceber seus limites ao tratar as religiões de forma separada, como se bastasse uma espécie de proximidade respeitosa e lateral, mas não ainda a construção efetiva do diálogo teológico e doutrinal e o aprofundamento desta relação.

3. Pluralismo e liberdade religiosa

Um dos muitos esquemas interpretativos para tratar a temática do pluralismo religioso é sua análise a partir de quatro modelos básicos: exclusivista, ou seja, eclesiocêntrico; inclusivista,

¹¹ BIZON, J., Diálogo inter-religioso na compreensão e perspectiva católica.

¹² CONCÍLIO VATICANO II., NA 2.

¹³ CONCÍLIO VATICANO II., NA 1.

¹⁴ TEIXEIRA, F., Cristianismo e diálogo inter-religioso, p. 164.

¹⁵ CONCÍLIO VATICANO II., NA 2.

¹⁶ CONCÍLIO VATICANO II., NA 3.

¹⁷ CONCÍLIO VATICANO II., NA 4.



identificado como cristocêntrico; pluralista, mais teocêntrico; e pluralista inclusivo, que seria o cristocentrismo teocêntrico.¹⁸

Considera-se que, de alguma forma, esses modelos perpassam a caminhada da Igreja Católica a partir da década de 1940, especialmente, como se refere Teixeira¹⁹, sob o influxo dos teólogos de língua francesa como Chenu, Congar, De Lubac e Daniélou, além do alemão Rahner. Cientes de tal processo, compreende-se que o modelo pluralista, de corte teocêntrico, se torna mais presente a partir do Concílio Vaticano II. No entanto, propõe-se um passo atrás para uma reflexão sobre a teologia subjacente ao pluralismo.

O pluralismo, que pode surgir como novidade nesse ponto da trajetória da Igreja Católica, encontra sua fundamentação na antropologia judaico-cristã e na dinâmica da Revelação. A antropologia teológica, fundada no pensamento judaico-cristão, compreende a pessoa como um feixe de relações, e fundada não em si mesma, mas na alteridade. Compreendido como ser aberto às múltiplas relações, o ser humano tem sua identidade configurada dialogicamente e não isolada ou individualmente. A subjetividade humana é dinâmica e constante movimento de intersubjetividades e relações que constituem a existência.

Ainda nesse dinamismo se encontra o diálogo entre Deus e o ser humano, no qual os dois estão mutuamente implicados. A experiência cristã é mistério que se revela histórico e meta-histórico, é relação interpessoal e comunitária, é condicionada pelas categorias históricas e, ao mesmo tempo, fonte inesgotável e incabível na linguagem humana. É mistério que penetra e transfigura a história, transpassa a existência inteira do humano, tornando-se produção incessante de sentido.

Essa experiência dialógica na relação entre Deus e o ser humano foi vivida de maneira plena em Jesus Cristo, em sua vida de abertura-disponibilidade ao Pai e no amor-serviço aos irmãos. É um diálogo que se caracteriza pela alteridade radical.²⁰ No entanto, nesse fecundo e misterioso diálogo, reverbera no ser humano o reconhecimento desse mistério como identidade primeira, como voz que ecoa dentro e fora de si mesmo. No dizer de Rahner, “o que se dá é um diálogo com o fundamento último do ser humano.”²¹

Resgatando a figura central de Jesus, cujo projeto está voltado para a missão e em sua oração pela comunidade, o tema da unidade aparece a partir da unidade constitutiva da relação trinitária – “Que todos sejam um, para que o mundo creia” (Jo 17,21). É uma unidade como participação em um modelo comunitário, de intercomunicação e dialogia dinâmica e amorosa.

Com esses pressupostos, retoma-se o tema do pluralismo urgente e que chega como novidade em tempos de modernidade. Ele já encontra seus fundamentos na própria compreensão cristã de sua missão, de seu viver como comunidade, de seu projeto existencial e histórico. Essa é a fonte da Igreja e, portanto, sua identidade e autocompreensão. Nessa perspectiva, ela se compreende como serva do projeto de Deus, missionária no mundo, no qual a atenção aos “sinais dos tempos” e às mudanças na história humana constitui meios imprescindíveis ao estabelecimento do processo dialógico.

João Batista Libanio em muito se dedicou ao tema da perplexidade que a modernidade trouxe para a missão eclesial. Conduz à percepção de quão fecundo é esse chão e que, portanto, a tarefa missionária é de resgate de fundamentos esquecidos, dispersados pelos ventos da modernidade com seu dualismo, sua racionalidade objetiva, sua antropologia individual e, posteriormente, com o engodo do individualismo.²²

É ainda ele quem adverte para a atenção às armadilhas do pensamento puramente racional e subjetivista, antagônico à experiência cristã e, no entanto, enraizado na modernidade como senso

¹⁸ SOUZA, D., Por trilhas e rumos ecumênicos, p. 101-121.

¹⁹ TEIXEIRA, F., Teologia das religiões, p. 37-114.

²⁰ COSTA, R. F., A mistagogia e a iniciação cristã de adultos, p. 111.

²¹ RAHNER, K., Teologia e antropologia, p. 23.

²² LIBANIO, J. B., Eu creio, nós cremos, p. 41-76.

comum. A missão consiste em desenvolver essa escuta atenta das fontes primevas, avaliar e revisar planejamentos e discursos internos, mas também ampliar os horizontes da compreensão cristã de mundo mediante os encontros com alteridades e redes de comunidades com suas dinâmicas existenciais e hermenêuticas.²³

O tema da liberdade religiosa anda de mãos dadas com o pluralismo religioso. Este também é caminho de enraizamento da modernidade, com o advento da subjetividade humana, autonomia, liberdade de pensar e agir. É uma contraposição a todas as hegemonias, também às tradições religiosas quando fechadas em sua ortodoxia. Na modernidade, se consolidam as liberdades de etnias, culturas, orientações políticas, pesquisas científicas, orientações vocacionais e também as de crenças e pertencas religiosas. Na Igreja Católica, não seria diferente: o contexto trazia novas condições, novas exigências, um processo de avaliação e revisão que conduziam a uma nova eclesiologia. A própria realidade impunha a abertura às alteridades religiosas, não como uma atitude apologética ou defensiva, mas como proximidade, reconhecimento, trocas e aprendizagens mútuas.

No Concílio Vaticano II, essa atitude de diálogo e reconhecimento da legitimidade dos valores que estavam em consonância com o projeto cristão foi o princípio ativo para a aproximação, mesmo que cautelosa, com as religiões não cristãs.²⁴ Todo esse movimento implicou também uma revisão interna, da própria identidade, fundamentos, missão e processos de fidelidade e criatividade necessários ao paradigma que se instaurava.

Os ares da cristandade ainda estavam presentes, com toda sua logística doutrinária, litúrgica, moral, sociopolítica e, especialmente, centralizadora e apologética. Acredita-se que essa tensão paradigmática é parte da dialética histórica. O paradigma anterior resiste ao que considera novo e reage com o que acredita ser mais prudente para dentro e fora da Igreja. Tal postura também contribuiu para o distanciamento, os preconceitos e as intolerâncias das quais a história tem inúmeras testemunhas. Nessa temática, o principal documento que ofereceu estrutura para o salto quântico na direção do diálogo com as religiões foi a Declaração *Dignitatis Humanae* (DH), do Concílio Vaticano II, 1965.

Nessa declaração, os padres conciliares enfrentam com pertinência teológica, social, antropológica e histórica o tema da liberdade religiosa como direito humano fundamental. A estrutura do documento fundamenta antropológica e socialmente a liberdade como direito de toda pessoa humana, o que concorre também para as escolhas em matéria religiosa.²⁵ Ele adverte quanto à intolerância presente na sociedade e quanto à responsabilidade ética da própria Igreja diante desses contextos e prossegue com a fundamentação teológica em relação à dinâmica da Revelação e à liberdade humana como resposta de fé.²⁶ Um dos eixos centrais dessa fundamentação é o olhar para a dimensão histórica e pedagógica de Jesus: é o eixo mistagógico no documento.

Olhar para Jesus é olhar para a revelação do projeto de Deus, para o anúncio assumido integralmente por meio de suas atitudes e ensinamentos como mistagogos. Em Jesus não há a ambiguidade constitutiva do encontro entre Deus e o ser humano, pois nessa relação se dá a plenitude da comunhão e participação das intersubjetividades da comunidade trinitária. Nele, toda a humanidade é convidada à abertura existencial que conduz cada um e todos à salvação.²⁷

4. O Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso: os documentos “Diálogo e Missão” e “Diálogo e Anúncio”

Tracemos uma breve consideração quanto à importância de dois documentos históricos – “Diálogo e Missão”, de 1984, e “Diálogo e Anúncio”, divulgado em 1991 – como ressonância concreta

²³ LIBANIO, J. B., *Desafios da pós-modernidade à teologia fundamental*, p. 143-171.

²⁴ SANCHEZ, W. L., *Igreja Católica e liberdade religiosa*, p. 123-138.

²⁵ CONCÍLIO VATICANO II., DH 2-7.

²⁶ CONCÍLIO VATICANO II., DH 8-12.

²⁷ CONCÍLIO VATICANO II., DH 11.



do Concílio Vaticano II quanto ao tema do diálogo inter-religioso. Ambos se sobressaem como princípios orientadores que trabalharão na direção de uma aproximação da Igreja com as tradições religiosas não cristãs.

Era o período de Pentecostes de 1964 quando o Papa Paulo VI firmou mais um passo relevante nessa direção, com a criação do Secretariado para os Não Cristãos, atualmente denominado Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso. Na homilia ele declarou: “Consideremos o esforço que a Igreja faz para se aproximar, ainda que através de simples contatos humanos, dos membros de outras religiões.”²⁸

A nova relação entre a Igreja Católica e as religiões não cristãs se expressava cada vez mais em atitudes de aproximação, e, com elas, posturas concretas de escuta, diálogo, apoio mútuo e reflexões conjuntas, mesmo que nem sempre concordantes em sua base teológica.

O documento “Diálogo e Missão” propõe reflexões e orientações sobre o diálogo e a missão evangelizadora da Igreja. Para essa identidade eclesial ser vivenciada na forma da unidade, mas também em sua complexidade e necessária articulação, são indicados como principais elementos: a presença e testemunho, o empenho pela promoção social e libertação do ser humano, a vida litúrgica, orante e contemplativa, o diálogo inter-religioso e o anúncio kerigmático e a catequese. O documento tem caráter pastoral e o diálogo como atitude fundamental entre cristãos e não cristãos: “Indica não só o colóquio, mas também o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, para um mútuo conhecimento e um recíproco enriquecimento”²⁹

“Diálogo e Missão” é organizado em duas partes, tendo como eixos principais justamente os dois vocábulos que o nomeiam. Apesar de a atitude dialógica assumir a centralidade desse documento, esta brota da missão da própria Igreja, ou seja, sua razão teológica está fundamentada na dimensão missionária da Igreja, que nasce da ação do Espírito, da comunidade messiânica a caminho, da ação sacramental do Batismo que constitui identidade cristã, testemunho e envio.³⁰

Portanto, o diálogo é parte inerente e indispensável à missão, e não algo acrescentado a ela. A missão é o princípio que movimenta o diálogo, e com isso o documento exorta que não se trata de uma atitude oportunista para situações de conflito ou dificuldades, mas é a própria razão de ser da missão. A Igreja se relaciona com pessoas, com sua história, seu contexto e culturas. O diálogo é o próprio movimento missionário, e não uma arbitrariedade para algumas situações.³¹

No escopo da atuação do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, o documento “Diálogo e Anúncio”, promulgado pelo Papa João Paulo II, em 1991, trouxe reflexões e orientações nesse sentido. Mesmo caminhando a passos lentos e demasiado marcados pela prudência e temores, retoma a emergência dialógica presente no Concílio Vaticano II. Tal emergência é firmada e adquire elementos para continuidade do ponto de vista teológico, revisando as declarações conciliares e aprofundando algumas das fundamentais intuições do Concílio. O texto oferece fundamentos bíblicos e patrísticos, como também pronunciamentos da *Dei Verbum*, da *Gaudium et Spes*, da *Lumen Gentium*, da *Nostra Aetate*, além de fazer menção à encíclica *Evangelii Nuntiandi*, do Papa Paulo VI (1979), e às encíclicas *Redemptor Hominis*, *Dominum et Vivificantem* e *Redemptoris Missio*, do Papa João Paulo II (em ordem, 1979, 1986 e 1990).

Construído em dois grandes eixos temáticos, o tema do diálogo orienta a primeira parte, na qual retoma as referências orientadoras conciliares em uma perspectiva que integra fidelidade e continuidade à tradição, inspiração, desafios e anseios da Igreja no mundo moderno.

²⁸ PAULO VI., Homilia por ocasião da festa de Pentecostes, Roma: 17 de maio de 1964

²⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO., DM 3.

³⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO., DM 10-11.

³¹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO., DM 21.

Está presente o tema do pluralismo do mundo moderno, com a configuração de uma nova subjetividade, rapidez nos meios de comunicação social e renovação nas tradições religiosas, mas também hesitantes com relação à prática do diálogo e até mesmo negando o diálogo inter-religioso.³²

A prática dialogal realmente apresenta esses e outros desafios, e o documento não retrocede diante deles; ao contrário, confirma sua relevância e orienta doutrinal e pastoralmente.³³ Em sua fundamentação teológica, renova o tema da economia da Salvação e do diálogo entre Deus e a pessoa humana. É a dinâmica da Revelação quem conduz e orienta essa dimensão dialógica na qual a mediação entre Deus e o ser humano, entre pessoa e comunidade, entre culturas, tradições, expressões religiosas constitui as pontes do diálogo que confirmam identidades, proximidades, metas comuns e fidelidade criativa.³⁴

A razão fundamental do empenho da Igreja no diálogo não é meramente de natureza antropológica, mas principalmente teológica. Deus, num diálogo que dura ao longo dos tempos, ofereceu e continua a oferecer a salvação à humanidade. Para ser fiel à iniciativa divina, a Igreja deve, pois, entrar num diálogo de salvação com todos.³⁵

Esse documento é um impulso, mas também uma interpelação a que se concretize o diálogo inter-religioso não apenas como intenção, mas com ações concretas, gestos, trocas, construção de rumos e metas em comum pela dignidade humana, contribuindo para a superação da intolerância entre as tradições religiosas.

É preciso que lutem a favor dos direitos humanos, que proclamem as exigências da justiça e que denunciem as injustiças não só quando são vítimas delas seus membros, mas independentemente da crença religiosa das vítimas. É preciso também que todos se associem para procurar resolver os grandes problemas que a sociedade e o mundo devem enfrentar e para promover a educação em favor da justiça e da paz.³⁶

Sem pretensão de concluir essa trajetória fecunda, mas sempre caminhante, pontua-se a riqueza que a documentação do Magistério eclesial revela. As redações finais são fruto de um longo processo histórico, debates internos e externos, escutas de peritos e comunidades e, a seguir, de suas variadas formas de recepção, reverberação e estratégias pastorais para o acolhimento ou não das orientações oferecidas. É da natureza missionária da Igreja a dimensão dialógica, contudo, sob o tema da evangelização, ainda há muito o que dialogar interna e externamente, apesar de longa reflexão teológica e pastoral.

Este é um processo de revisão, mas também de conversão da Igreja à sua missão primeira, pois, ao se afastar desse princípio orientador ao longo da história, com práticas de construção de hegemonia cristã e atitudes etnocêntricas e violentas, é emergente a renovação teológica, estrutural e ministerial.

5. Uma atualização teológica do espírito conciliar em chave latino-americana

Os conteúdos até aqui descritos foram acolhidos e retrabalhados por teólogas e teólogos no contexto latino-americano. Entre os principais aspectos, estão as ênfases no valor do humano e da ética social para o diálogo inter-religioso, na importância da mística e da alteridade, na crítica teológica ao universalismo cristão, em perspectivas teológicas advindas do diálogo com o universo afro-indígena e na visão ampla da missão.

5.1. O valor do humano e da ética social para o diálogo inter-religioso

³² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO., DA 4b-4c.

³³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO., DA 4c e 52-54.

³⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO., DA 29, 35, 38, 40.

³⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO., DA 38.

³⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO., DA 44.

Os grandes desafios que afetam a humanidade e toda a criação requerem, por suposto, indicações teológicas consistentes. A cooperação e os diálogos inter-religiosos precisam ser vistos sob essa perspectiva. Como são diversas as questões que interpelam a vida humana e a terra, em especial os temas que envolvem a paz, a justiça e a sustentabilidade da vida no mundo, são necessários eixos norteadores para que a reflexão teológica tenha a abrangência capaz de ser relevante diante das demandas que a sociedade apresenta e dê uma contribuição efetiva às iniciativas de aproximação inter-religiosa.

Um desses eixos é o próprio caráter da reflexão teológica. A tensão entre a vida e a morte produz muitas interpelações. Uma delas é que a fé cristã não pertence, fundamentalmente, à ordem do conhecimento e da representação política ou eclesiástica, mas, sim, da vida, em seu sentido amplo e radical. Tal visão foi indicada por Comblin em “O debate atual sobre o universalismo cristão”, antigo texto publicado na revista *Concilium* que, em certo sentido, é precursor do tema da teologia das religiões em terras latino-americanas.³⁷

A perspectiva ecumênica, tanto em sua dimensão intracristã quanto inter-religiosa, é um segundo eixo. Uma vez articulada com as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, dentro dos variados contextos históricos, ela pode oferecer amplitude ao debate teológico dos temas emergentes no cenário global. A pressuposição básica pelo interesse nas religiões é que “não haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais.”³⁸

As religiões e o conjunto de expressões de espiritualidade, não obstante os conflitos, as culturas de violência e os fundamentalismos, encontram-se, nas diferentes partes do globo, em um processo de uma nova reflexão sobre a vida, com um desenvolvimento positivo dos processos de humanização.

Nessa análise, surgem com força duas dimensões dialéticas, em que a verdadeira humanidade, entendida como o respeito à dignidade e aos valores fundamentais do ser humano e da terra, é pressuposto de verdadeira religião; e uma verdadeira religião, como expressão de um sentimento global, de valores supremos e obrigatoriedade incondicional, é o aperfeiçoamento de uma autêntica humanidade.³⁹

Nos processos de construção da paz e da justiça, as análises globais das relações de dominação são obviamente fundamentais. Muitos teólogos, teólogas e cientistas da religião têm se debruçado sobre as relações Norte-Sul e sobre os interesses econômicos e geopolíticos em torno das relações entre países e o papel das religiões nesses processos. Seguindo a tradição teológica latino-americana, afirmamos que as relações de dominação e de exclusão que marcam a atualidade caracterizam o domínio de um “novo Império”, capitaneado pelos Estados Unidos da América, que condiciona e dirige todas as formas de pensamento, modos de viver e sistemas de valores.

A própria teologia pode se render ao Império na medida em que camufla em seus postulados os conflitos que marcam o mundo contemporâneo. Gera-se aí uma teologia distante do *kerigma* evangélico fundado na fé em Jesus Cristo. A pergunta fundamental a ser respondida pelos círculos teológicos e eclesiais é: o caminho de evangelização desejado deve ser definido “com as armas do império – repetindo erros do passado – ou pelo diálogo com as religiões do mundo?”⁴⁰

O diálogo advindo do pluralismo religioso precisa estar relacionado à questão da pobreza, pois ela é crucial para a fé cristã. Qual é a mensagem do Cristianismo em meio a outras religiões? Em que ele se distingue? Se conseguir dar visibilidade à sua questão teológica primordial, prévia a qualquer

³⁷ COMBLIN, J., O debate atual sobre o universalismo cristão, p. 81.

³⁸ KÜNG, H., Religiões do mundo, p. 17.

³⁹ KÜNG, H., Teologia a caminho, p. 261-292.

⁴⁰ COMBLIN, J., Quais os desafios dos temas teológicos atuais, p. 10.

exposição, que é a situação das pessoas pobres, poderá oferecer uma contribuição significativa ao diálogo inter-religioso.

Tal perspectiva está relacionada ao dado da revelação. Deus se revelou a Israel, em especial aos profetas, dentro da cultura, conceitos e palavras hebraicas, mas revelou também que eles “não conheceram toda a verdade e cometeram erros. Deus revelou-lhes que também podiam errar. [...] Não podia [Deus] ter feito a mesma coisa com os fundadores das grandes religiões mundiais? Essas são questões para a teologia atual.”⁴¹

As situações que afetam a humanidade e toda a criação exigem perspectivas teológicas inter-religiosas substanciais e que há processos de abertura e de diálogo entre as religiões, em variadas frentes de ação, assim como de enrijecimento das visões religiosas, com fortalecimento de posturas fundamentalistas, exasperação de conflitos e culturas de violência. O contexto religioso vive fortemente essa ambiguidade, e as reflexões teológicas precisam considerá-la devidamente.

5.2. Mística e alteridade

Sob o aspecto pneumatológico, Bingemer, por exemplo, já estruturara sua reflexão sobre diálogo inter-religioso quando indicou “a pneumatologia como possibilidade de diálogo e missão universais”. Ela destacou que salvação é um dom do Espírito para toda a criatura e que a presença do Espírito de Deus dentro dos seres humanos “altera e afeta suas mais profundas e essenciais categorias antropológicas constitutivas, subvertendo radicalmente os fundamentos do seu ser.”⁴²

Uma década depois, ao reforçar a perspectiva trinitária, a autora insiste no mistério da revelação e no valor da pluralidade. O primeiro, ao indicar, seguindo as trilhas do pensamento agostiniano, “que é impossível entender, captar completamente o Deus Uno e Trino da nossa fé. Mas é possível, sim, conhecê-lo na medida em que ele mesmo revela seu Mistério aos sedentos e amorosos que o buscam.”⁴³ O segundo, a pluralidade, por entender que não se trata de mera questão de diferenciação humana, mas uma percepção de que sistema algum pode se pretender como tendo respostas absolutas e que abranjam toda a realidade, pois todo discurso com pretensões à universalização e à totalização é redutor, inadequado e gera indiferença e desencantamento.

Embora haja nexos entre violência e religião, herdados de longas tradições culturais e religiosas e que ainda marcam os tempos atuais, existem, não obstante a isso, elementos dentro das próprias dinâmicas e conceituações religiosas que são geradores da paz. Ligada a essa postura está a dimensão ética. Para as religiões monoteístas, que têm como base a revelação e o caráter profético, “a incondicionalidade e universalidade das exigências éticas é o Incondicional que se revela e faz presente em todo o condicionado, o Sentido último e radical do homem, ao qual chamamos Deus”.⁴⁴ A divindade amorosa que busca redimir a humanidade é o balizador ético que impulsiona todos e todas a fazerem o mesmo ato redentor, e daí surgem diferentes desafios e possibilidades. O mais fecundo é o da “escuta”, saber ouvir o diferente. Trata-se da “tentativa de nos submeter à verdade onde quer que ela se encontre, aceitando o pluralismo de perspectivas e de nomes, quaisquer que eles sejam e onde quer que pulse o coração da vida. Esta missão é ‘sair’ da violência mimética e redutora da alteridade do outro e entrar numa dinâmica de paz polifacética e plural.”⁴⁵

A pluralidade religiosa tem sido vivida nas tensões tanto em relação ao processo de secularização como à convivência conflitiva das diferentes religiões. O pressuposto é que a vivência atual, bastante

⁴¹ COMBLIN, J., Quais os desafios dos temas teológicos atuais, p. 33.

⁴² BINGEMER, M. C. L., A pneumatologia como possibilidade de diálogo e missão universais, p. 114.

⁴³ BINGEMER, M.C. L; FELLER, V. G., Deus-amor, p. 14-15.

⁴⁴ BINGEMER, M.C. L., A Argila e o Espírito, p. 13.

⁴⁵ BINGEMER, M.C. L. (Org.), Violência e religião, p. 288.

distinta das gerações passadas, vem sendo estabelecida nos entrelugares interativos que, por um lado, são marcados por formas de ateísmo, de descrença e de indiferença religiosa, e, por outro, pelo fortalecimento e reavivamento de várias experiências religiosas, novas e tradicionais.

A valorização da pluralidade religiosa, a recuperação do sentido espiritual da gratuidade, a crítica às formas de fixismo, o interesse e inclinação para se repensarem categorias filosóficas e teológicas tradicionais, a interface com as ciências e com a espiritualidade, a abertura à sedução gratuita do sagrado como possibilidade amorosa e realizadora e o diálogo com tradições religiosas diferentes formam placas de um caminho que necessita ser reinventado a cada momento.⁴⁶

A pluralidade, não obstante as formas de massificação, padronização e uniformização das experiências religiosas – em grande parte por estarem reféns das formas econômicas de consumo –, é marca significativa das sociedades hoje. Ela constantemente questiona identidades convencionais e até agora dadas por supostas, por isso contém potenciais de conflitos criativos e de busca de caminhos de paz e de alteridade. Ao se considerar o testemunho místico presente nas diferentes religiões, a experiência sedenta e sedutora com o Divino não se torna inerte e insensível à realidade humana e cósmica, mas se defronta criativamente com as transitoriedades e ambiguidades da vida.⁴⁷

5.3. A crítica teológica ao universalismo cristão

O debate sobre diálogo e pluralismo religioso cada vez mais se torna relevante devido à vivência multicultural e multirreligiosa do continente. Ao lado da cooperação e do diálogo, a intolerância religiosa, conectada aos interesses econômicos e políticos, representa um dos grandes motores que geram violência e morte, principalmente nos agrupamentos pobres. Na perspectiva cristã, a discussão sobre as mensagens religiosas capazes de dar respostas consistentes para crentes e não crentes num mundo marcado por guerras, violência e injustiça social centraliza-se, em geral, na discussão sobre o significado de Jesus Cristo hoje e a doutrina da encarnação.

Entretanto, as teólogas feministas têm ido além, quando não somente discutem o tema da cristologia, mas procuram aprofundar os problemas sexistas advindos da visão religiosa monoteísta e os que emergem das metáforas patriarcais utilizadas na construção da imagem de Deus. Nessa perspectiva, a discussão sobre pluralismo e diálogo inter-religioso precisa considerar os dogmas que têm excluído as mulheres das instâncias de decisão e do poder nas esferas religiosas, e não somente as diferenças entre as religiões. Além disso, alguns desses dogmas também têm marginalizado homens e mulheres de diferentes raças e culturas, em nome de um “Cristo branco, de traços europeus”. Portanto, trata-se de um esforço radicalmente inclusivo.

O diálogo inter-religioso também produz no interior de cada expressão religiosa mudanças e identificação de desafios. No caso do Cristianismo, é importante ressaltar a necessidade de crítica do papel que desempenhou nos processos de colonização e catequização dos povos, cuja marca de intolerância, violência e rejeição das outras religiões e culturas consideradas como demoníacas está fortemente presente até os dias de hoje.

As perspectivas feministas têm elaborado críticas consistentes às visões de universalismo cristão que negam a pluralidade, que, de certa forma, estão ao lado do caráter androcêntrico de suas afirmações teológicas, marcadamente masculinas.⁴⁸

A crítica feminista aos processos de diálogo ecumênico, tanto no nível intracristão quanto no inter-religioso, é que há sempre um limite na abertura às questões do mundo e o diálogo com as diversidades, presentes em vários setores cristãos, mas que quase sempre terminam em uma perspectiva exclusivista. Isso se revela especialmente na linguagem e nas relações de poder.

⁴⁶ BINGEMER, M.C. L., Faces e interfaces da sacralidade em um mundo secularizado, p. 319-320.

⁴⁷ BINGEMER, M.C. L., O mistério e o mundo, p. 431-436.

⁴⁸ GEBARA, I., Vulnerabilidade, justiça e feminismos, p. 28.

A recriação das linguagens teológicas e das práticas religiosas não é, obviamente, fácil tarefa. Tais perspectivas se defrontam com a complexidade da realidade social, especialmente os aspectos econômicos e políticos. Elas também estão colocadas em um contexto de crise de referenciais utópicos e doadores de sentido para a humanidade. Por isso, são árduas as indicações de caminhos. Os desafios diante da vida cotidiana e como ela interpela a fé e as relações entre religião e sociedade, quando vistos numa lógica plural, são muitos e todos igualmente densos.

A perspectiva feminista do diálogo inter-religioso, ou interfés, como as análises mais precisas indicam⁴⁹, busca elementos, princípios e práticas de natureza libertadora não apenas para as mulheres, mas para os diversos grupos marginalizados e discriminados socialmente, tendo como base um conceito de divindade não sexista, não patriarcal, não elitista e não racista. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de se valorizarem as religiões e culturas que, em boa parte das vezes, são desconsideradas na sociedade.⁵⁰

Como decorrência da referida busca, é preciso uma revisão da cristologia, de modo que ela não se restrinja a uma mensagem centrada em um único indivíduo, mas em uma comunidade. Seria a possibilidade das experiências religiosas que se pautam pela inter-relacionalidade, pelo compartilhamento do poder, pela constituição de relações internas e externas justas e pelo respeito às pessoas idosas, às crianças e à natureza.

5.4. Subjetividade afro-indígena e a racionalidade cristã ocidental⁵¹

Em relação especificamente a uma teologia indígena latino-americana, são muitos os desafios, em especial pelo elevado grau de diferença cultural nos diferentes contextos e épocas e pelas interpelações que a história do encontro entre culturas provocou. Trata-se de formular a teologia a partir das vivências de espiritualidade dos povos originários do continente numa atividade que nasce “de baixo”, com as populações excluídas, e “de dentro” da cultura e fé ameríndia. A provocação primeira para essas produções é dada pelas populações empobrecidas, “de baixo”, das classes populares, e “de dentro”, do próprio espaço da América Latina, como aponta o título da obra *De baixo e de dentro: crenças latino-americanas*, de Diego Irarrazaval.

É necessário interpelar a teologia a partir das falas/crenças indígenas questionadoras de heranças coloniais que encobrem experiências de espiritualidade e que não são relacionadas ou geradas com construções eurocêntricas.⁵² Tal perspectiva se constrói com base em dois importantes eixos. O primeiro refere-se ao mundo indígena e mestiço, uma encarnação nessas vivências, em suas identidades complexas, na interação entre suas culturas, em seus mitos e formas de espiritualidade e em suas outras propostas de fé em Deus. Já o segundo diz respeito a abordagens mais amplas da realidade latino-americana, a partir “de dentro” desse espaço – para tanto, aproxima-se das culturas e religiosidades dos povos pobres – e a partir “de baixo”, associando ação evangelizadora, inculturação e as hermenêuticas construídas e desenvolvidas no contexto e em diálogo com povos “indo-afro-mestiços”.

O autor fala “a partir de regiões andinas que encontram harmonia entre polos contrapostos”,⁵³ uma espécie de conciliação e convivência de contrários, não caindo em interpretações dicotômicas. Isso significa que é necessário reler as vivências latino-americanas em suas culturas e espiritualidades, em seu pluralismo e mosaico multicolorido, mas a partir de um lugar específico.

A partir de seus lugares vivenciais, os povos tradicionais interpelam uma produção de teologia com seus mitos e suas utopias. A fé indígena provoca a teologia das religiões, reprojetoando-a para além das elaborações teológicas cristãs que se construíram como espaços hegemônicos em que se interpretam

⁴⁹ PUI-LAN, K. Globalização, gênero e construção da paz, p. 15-35.

⁵⁰ TOMITA, L., Crista na ciranda de Asherah, Isis e Sofia, p. 112.

⁵¹ Para uma visão aprofundada, veja BARROS, M., Os segredos do nosso encanto, p. 245-266.

⁵² IRARRAZAVAL, D., De baixo e de dentro, p. 105.

⁵³ IRARRAZAVAL, D., De baixo e de dentro, p. 9.



a espiritualidade e a cultura dos povos ameríndios. A teologia passa a ser desafiada pela elaboração de narrativas com base em uma fé plural e diversa.⁵⁴

Há também que se observar a contribuição da teologia negra da libertação para o debate do pluralismo religioso. A proposição a ser feita é que as dimensões de subjetividade e de experiências lúdicas e rituais dos grupos religiosos afro-brasileiros, uma vez vistas como interpelação à teologia cristã, redimensionariam o caráter fortemente racional nela presente e geraria novas sínteses e possibilidades de diálogo.

Historicamente, observa-se uma evolução da forma como as igrejas cristãs, tanto católica como protestantes, veem as religiões afro-americanas. Do tratamento como seitas diabólicas e objetos de ataques, passa-se a uma atitude de maior respeito, embora se mantenham as posturas de ameaça e de violência. Ao mesmo tempo, há pouco diálogo entre a teologia cristã e o universo religioso das tradições religiosas africanas.⁵⁵

A lógica racional que sustenta a teologia cristã ocidental, mesmo a Teologia da Libertação, precisaria ser questionada pelas concepções de mundo africanas em que o humano e o divino convivem em um mesmo espaço de tempo e lugar, como o “estado de santo”, por exemplo. Também a subjetividade própria da sabedoria africana carece de reciprocidade diante da racionalidade ocidental.

A teologia cristã do pluralismo religioso será dialogante ou não será teologia do pluralismo religioso; sem diálogo aberto, será uma falsa proposta. Mesmo nos tempos atuais, o diálogo inter-religioso encontra-se prejudicado e até mesmo impossibilitado pelo relacionamento assimétrico entre as teologias em questão. Não existe possibilidade de diálogo enquanto a teologia cristã for considerada “a teologia”, e a teologia das heranças africanas continuar sendo vista como “mera credence”.⁵⁶

5.5. Missão cristã e diálogo inter-religioso

Como visto até agora, o tema da missão é algo crucial na prática da fé cristã e tem sido analisado e reinterpretado diante do horizonte de uma cultura religiosamente plural e com base nas experiências de diálogos entre as religiões. A temática é desafiadora, pois a perspectiva do diálogo pode ser interpretada em diferentes sentidos, incluindo o receio pela perda da identidade religiosa, o medo da assimilação de práticas sincréticas e também o temor em relação ao fato de a missão ser inviabilizada pelo diálogo inter-religioso. Isso explica por que é fundamental refletirmos a esse respeito no contexto da teologia ecumênica das religiões.

Em relação ao tema da missão, é importante reconhecer que ele se tornou desafiado pela teologia do pluralismo religioso, consequência da descolonização. Sabe-se que alguns grupos cristãos chegam a colocar em dúvida a própria missão ao se perguntar se ela não teria como finalidade e como efeito a destruição das outras religiões e das outras culturas. Entre vários autores e autoras, Comblin, ao contrário, defende uma teologia da missão dentro do quadro de pluralismo religioso. “Hoje, a doutrina missiológica professa que a missão se realiza no diálogo. Um diálogo supõe o encontro entre duas pessoas iguais, que pelo menos se situam em nível de igualdade. Não há diálogo possível entre superior e inferior.”⁵⁷

O que precisa ser ressaltado é o desafio de que os processos de evangelização não repitam as marcas de orgulho, de agressividade, de conquista e de dominação do Cristianismo no passado. Uma nova atitude missionária, distanciada das forças militares, políticas, econômicas e culturais do Império, deve dar base a um diálogo com as demais religiões e culturas. Trata-se de evangelizar sem superioridade de poder. Esse diálogo deve se constituir como referência para todas as questões teológicas.

⁵⁴ IRARRAZAVAL, D., De baixo e de dentro, p. 106.

⁵⁵ SILVA, A. A., Teologia cristã do pluralismo religioso face às tradições religiosas afro-americanas, p. 99-101.

⁵⁶ SILVA, A. A., Teologia cristã do pluralismo religioso face às tradições religiosas afro-americanas, p. 99.

⁵⁷ COMBLIN, J., Quais os desafios dos temas teológicos atuais? p. 20-21.

Ao se reorientar a missiologia, deve-se relacionar diálogo e missão. Para tanto, é fundamental se afastar de práticas missionárias, e de suas teologias correspondentes, que estejam profundamente relacionadas com a colonização, a ocidentalização e a cristianização, tal como se deu historicamente. Ao se falar em diálogo no horizonte missionário, é preciso não entender como negativa a presença de um sincretismo entre as diferentes religiões. O diálogo evoca a aceitação e o respeito à alteridade do outro, da sua fé e crença. Constrói-se, aqui, um “encontro de comprometimentos”. Assim, o diálogo provoca um crescimento mútuo, com correção e autocrítica, e a compreensão do significado da própria fé. A chave não está em uma missão com bases coloniais de encobrimento do outro em sua fé e cultura, mas no testemunho do evangelho que é boa notícia.

A reflexão teológica marcada pelo diálogo inter-religioso – em função das diferentes visões missionárias que marcam o cenário das igrejas, muitas até mesmo antagônicas – e a partir das experiências inter-religiosas traz algo novo e criativo, repensa a missão e confronta-se com seus dilemas mais comuns, como a singularidade de Jesus e a comissão de fazer discípulos por todo o mundo. Confronta-se, ainda, com uma visão de uma cultura ocidental marcadamente superior.

Há várias formas de diálogo inter-religioso, mas, independentemente delas, a prática dialogal requer um espírito de abertura, hospitalidade e cuidado. Entre essas formas se destacam: a cooperação religiosa em favor da paz, os intercâmbios teológicos e a partilha da experiência religiosa, especialmente no âmbito da devocionalidade e da oração. Como Teixeira destaca: “A espiritualidade relaciona-se a tudo o que tem a ver com a experiência profunda do ser humano, com a experiência integral da vida.”⁵⁸

Há também dois polos de reflexão, ambos por demais desafiadores. O primeiro trata do lugar do diálogo entre as religiões no processo de globalização, tendo em mente tanto os efeitos positivos, como as facilidades de comunicação, uma nova consciência global e planetária e o pluralismo, quanto os negativos, que se expressam com o aguçamento dos fundamentalismos nas várias religiões. Tal contradição reside especialmente na recusa do engajamento comunicativo, por um lado, e pela abertura dialogal, por outro. A primeira opção reforça os tradicionalismos exacerbados em reação às novas sensibilidades e circunstâncias da comunicação dialógica e global, o que gera as mais distintas formas de fundamentalismos. A segunda opção, a do diálogo, se impõe como desafio criativo e significativo para o futuro do mundo.

O segundo polo diz respeito à espiritualidade e como ela se vincula intimamente à prática do diálogo inter-religioso.⁵⁹

Tal visão não está dissociada do elemento da centralidade da categoria teológica do Reino de Deus, sobremodo ressaltado na tradição teológica e pastoral latino-americana e caribenha. Ele tornou-se ponto fundante das vivências espirituais de diferentes grupos eclesiais. Dentro desse quadro, uma nova consciência ecumênica surge e está se difundindo inesperadamente pela humanidade. Trata-se de uma nova experiência espiritual.

Conclusão: um caminho aberto desafiador e aberto

Teria sido importante, nesta pesquisa, observar o caminho dialogal assumido com as comissões internacionais, por exemplo, com o Judaísmo e com o Islã. Mais do que ecos da caminhada do pluralismo religioso, são movimentos profundos e fecundos para que esse diálogo não fique reduzido a inspirações e orientações documentais. No entanto, os limites do estudo não possibilitaram tal análise.

As reflexões confirmaram que a compreensão do pluralismo reconhece as tradições religiosas não cristãs como legítimas e autônomas no processo de salvação. Trata-se de uma nova perspectiva para o próprio Cristianismo, na qual se rompe com ideia de que há um único sistema de salvação e revelação do Mistério Divino. A reflexão feita caminhou no sentido de se compreender o abalo sistêmico que o pluralismo traz para um corpo de certezas doutrinárias, mas, por outro lado, observarmos que na própria

⁵⁸ TEIXEIRA, F.; DIAS, Z. M., Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível, p. 207.

⁵⁹ TEIXEIRA, F.; DIAS, Z. M., Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível, p. 209.

fundamentação teológica da missão da Igreja encontram-se as estruturas para o diálogo e os movimentos pastorais, teológicos e doutrinários na direção do pluralismo como princípio, e não como novidade.

Não é fácil redimensionar paradigmas, mas há de se reconhecer que é de dentro deles mesmos que emergem a criatividade, o novo, os ventos que sopram renovando a vivência da fé. Tradições religiosas são caminhos, trajetórias de uma comunicação que começa antes de elas próprias existirem e que, portanto, as provoca e as convoca ao diálogo. A expressão “unidade na diversidade” foi consagrada para tratar do diálogo e indica identidade, pertença, respeito e também acolhimento, diálogo, interseção, abertura. Ou seja, não se trata de um princípio no qual cabem exclusivismo, intolerância, pretensão de universalidade absoluta.

O pluralismo é convocação, construir novas atitudes, novas interpretações, que só o diálogo pode oportunizar. Trata-se uma revisão que “dá lugar a uma compreensão de vida e da fé com um caráter mais ecumênico e plural.”⁶⁰

Referências bibliográficas

BARROS, Marcelo. **Os segredos do nosso encanto**: o que a fé cristã pode aprender com as espiritualidades indígenas e negras. São Paulo: Recriar, 2023.

BINGEMER, Maria Clara L.; FELLER, Vitor G. **Deus-amor**: a graça que habita em nós. São Paulo: Paulinas; Valencia: Siquem, 2003.

BINGEMER, Maria Clara L. (Org.). **Violência e religião**: Cristianismo, Islamismo, Judaísmo – três religiões em confronto e diálogo. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: PUC Rio, 2001.

BINGEMER, Maria Clara L. **A Argila e o Espírito**: ensaios sobre ética, mística e poética. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BINGEMER, Maria Clara L. A pneumatologia como possibilidade de diálogo e missão universais. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.), **Diálogo de pássaros**: nos caminhos do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 111-121.

BINGEMER, Maria Clara L. Faces e interfaces da sacralidade em um mundo secularizado. In: LIMA, Degislando; TRUDEL, Jacques (Orgs.). **Teologia em diálogo**. São Paulo: Paulinas, 2002, p. 285-332.

BINGEMER, Maria Clara L. **O mistério e o mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

BIZON, José. Diálogo inter-religioso na compreensão e perspectiva católica. **Vida Pastoral**, São Paulo, n. 313, 2017. Disponível em: <vidapastoral.com.br/ano/dialogo-inter-religioso-na-compreensao-e-perspectiva-catolica>. Acesso em: 29 mar. 2024.

COMBLIN, José. O debate atual sobre o universalismo cristão. **Concilium**, n. 155, p. 74-83, 1980.

COMBLIN, José. **Quais os desafios dos temas teológicos atuais?** São Paulo: Paulus, 2005.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. Disponível em <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em 24 mai. 2024.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. Disponível em <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em 24 mai. 2024.

CONCÍLIO VATICANO II. *Declaração Nostra Aetate*. Disponível em <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_dec_19651207_nostra-aetate_po.html>. Acesso em 24 mai. 2024.

⁶⁰ RIBEIRO, C. de O., O princípio pluralista, p. 185.

ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html>. Acesso em 24 mai. 2024.

CONCÍLIO VATICANO II. *Declaração Dignitatis Humanae sobre a liberdade religiosa*. Disponível em <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html>. Acesso em 24 mai. 2024.

COSTA, Rosemary F. A mistagogia e a iniciação cristã de adultos: o resgate da experiência mistagógica de Cirilo de Jerusalém como referencial para o catecumenato com adultos hoje. Rio de Janeiro, 2008, 409 p. Tese de doutorado. Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

COSTA, Rosemary F. Papa João XXIII: um reformador generoso e desconcertante. In: RIBEIRO, Claudio Oliveira; ROCHA, Alessandro Rodrigues (Orgs.). **Ecumenismo e Reforma**. São Paulo: Paulinas, 2017, p. 227-241.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade, justiça e feminismos**. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010.

IRARRAZAVAL, Diego. **De baixo e de dentro**: crenças latino-americanas. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2007.

KÜNG, Hans. **Religiões do mundo**: em busca dos pontos comuns. Campinas: Verus, 2004.

KÜNG, Hans. **Teologia a caminho**: fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

LIBANIO, João B. **Eu creio, nós cremos**. São Paulo: Loyola, 2000.

LIBANIO, João B. Desafios da pós-modernidade à teologia fundamental. In: TRASFERETTI, J.; GONÇALVES, P. S. L. (Orgs.). **Teologia na pós-modernidade**: abordagens epistemológica, sistemática e teórico-prática. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 143-171.

PAULO VI. PP. **Homilia por ocasião da festa de Pentecostes**. Roma: 17 de maio de 1964. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/homilies/1964/documents/hf_p-vi_hom_19640517_pentecoste.html>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Diálogo e anúncio*. Disponível em <https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html>. Acesso em 24 mai. 2024.

PUI-LAN, Kwok. *Globalização, gênero e construção da paz*: o futuro do diálogo interfé. São Paulo: Paulus, 2015.

QUEIRUGA, Andres T. **A teologia depois do Vaticano II**: diagnósticos e propostas. São Paulo: Paulinas, 2015.

RAHNER, Karl. **Teologia e antropologia**. São Paulo: Paulinas, 1969.

RIBEIRO, Claudio de O. **O princípio pluralista**. São Paulo: Loyola, 2020.

SANCHEZ, Wagner L. Igreja Católica e liberdade religiosa: a renovação desencadeada pelo Concílio Vaticano II. **Rever**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 123-138, 2017.

SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS. **A Igrejas e as outras religiões**. Diálogo e Missão. Roma, 10 de junho de 1984. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SILVA, Antônio A. Teologia cristã do pluralismo religioso face às tradições religiosas afro-americanas.



In: ASETT (Org.). **Pelos muitos caminhos de Deus**: desafios do pluralismo religioso à Teologia da Libertação. Goiás: Rede, 2003, p. 97-107.

SOUZA, Daniel. Por trilhas e rumos ecumênicos: alguns caminhos para o diálogo inter-religioso. In: SOUZA, Daniel; PEREIRA, Nancy C. **Ecumenismo**: um grão de salvação escondido nas coisas do mundo. São Paulo: Fonte Editorial, 2014, p. 101-121.

TEIXEIRA, Faustino. **Cristianismo e diálogo inter-religioso**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

TEIXEIRA, Faustino. **Teologia das religiões**: uma visão panorâmica. São Paulo: Paulinas, 1995.

TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio M. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso**: a arte do possível. Aparecida: Santuário, 2008.

TOMITA, Luiza. Crista na ciranda de Asherah, Isis e Sofia: propondo metáforas divinas para um debate feminista do pluralismo religioso. In: ASETT (Org.). **Pluralismo e libertação**: por uma Teologia Latino-Americana Pluralista a partir da fé cristã. São Paulo: Loyola, 2005, p. 107-124.

Claudio de Oliveira Ribeiro

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora / MG – Brasil
Email: cdeoliveiraribeiro@gmail.com

Rosemary Fernandes da Costa

Doutora em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Docente do Departamento de Teologia no Programa de Graduação em Cultura Religiosa da
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro RJ/Brasil
Email: rosenandescosta@gmail.com

Recebido em: 20/05/2024
Aprovado em: 24/06/2024